ATA DA 173ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de 2026, às 10h13min, reuniu-se o Conselho de Administração do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Belo Horizonte, conforme convocação feita pelo Presidente Bruno Leonardo Passeli. Estiveram presentes, além do presidente, os seguintes conselheiros: Afonso Nunes da Cruz Neto, Duander Vinicius Gomes Rezende Franco, Guilherme Catunda Daltro, Breno Seroa da Motta, Roberta Hygino Roletti Zimmer, André de Freitas Martins, Eymard Bento Júnior, Alex Sander Ribas de Souza, Ilda Aparecida de Carvalho Alexandrino e Carolina Pasqualini Andrade. Também participaram o Subsecretário de Gestão Previdenciária da Saúde do Segurado, Gleison Pereira de Souza, Rodrigo André de Almeida, responsável pela Assessoria de Investimentos e Estudos Atuariais, e as servidoras Suely de Campos e Amanda Vieira. O Presidente deu início à reunião cumprimentando os presentes e informando a pauta do dia, a saber: 1) Aprovação da ata da reunião anterior; 2) Cenário Macroeconômico; 3) Relatório de Investimentos referente ao mês de agosto de 2026; e 4) Informes. Dando início aos trabalhos, o presidente submeteu as atas da 4ª Reunião Extraordinária e da 172ª Reunião Ordinária à apreciação dos conselheiros. Não havendo manifestações quanto aos seus conteúdos, as atas foram aprovadas por unanimidade e assinada pelos presentes. Na sequência passou a palavra para o subsecretário Gleison que, após cumprimentar a todos, apresentou os representantes do Banco BTG Pactual Gabriel Kami, Alexandre Mariante e João Aveiro responsável pela apresentação do primeiro ponto de pauta, Cenário Macroeconômico. João Aveiro apresentou a análise do ambiente econômico nacional e internacional, contemplando os principais fatores que vêm influenciando os mercados financeiros e as perspectivas para os próximos períodos. No cenário internacional, destacou que os efeitos relacionados ao volume de investimentos em inteligência artificial, aos estímulos fiscais, aos impactos decorrentes da variação dos preços do petróleo e à competição por capitais, além das incertezas geopolíticas, especialmente aquelas relacionadas ao Irã e ao Estreito de Ormuz. Também ressaltou que a resiliência da economia norte-americana e o comportamento das taxas de juros de longo prazo. No cenário doméstico, analisou as fragilidades estruturais da economia, especialmente a combinação de baixo crescimento potencial, juros elevados e trajetória crescente da dívida pública, bem como os desafios relacionados ao equilíbrio fiscal e à produtividade. Destacou que o crescimento econômico dos últimos anos foi favorecido, em parte, pela expansão dos gastos públicos, contribuindo para o aquecimento do mercado de trabalho e para a resiliência da atividade, mas também para a reversão do processo de desinflação e para a necessidade de manutenção de uma política monetária restritiva. Apresentou, ainda, os movimentos observados em 2025, quando houve desaceleração dos gastos e da atividade econômica, arrefecimento da inflação e redução das expectativas inflacionárias, seguidos pela retomada do impulso fiscal em 2026. Em relação às perspectivas para 2027, apontou os riscos de desaceleração mais acentuada da economia, associados à redução dos estímulos fiscais e ao elevado endividamento das famílias, que pode comprometer a capacidade de consumo. Nesse contexto, mencionou a possibilidade de crescimento mais fraco do consumo, inclusive com cenário alternativo de retração caso haja estagnação da renda e intensificação do processo de redução do endividamento. Também abordou os sinais recentes de desaceleração da atividade e a revisão das projeções de inflação, diante da elevação das expectativas inflacionárias e dos riscos associados

aos preços e à demanda interna. No toçante à política monetária brasileira, apresentou as perspectivas para a atuação do Comitê de Política Monetária (Copom), considerando a possibilidade de novo corte de 0,25 ponto percentual na taxa Selic em setembro de 2026, para 13,75% ao ano, seguido de pausa no ciclo de flexibilização até o final do exercício, em razão do desancoramento das expectativas de inflação e da permanência de riscos altistas. Para 2027, a projeção apresentada considera a retomada gradual dos cortes, com a taxa Selic estimada em 12,50% ao final do ano. Por fim, destacou que a combinação de incertezas geopolíticas, pressões inflacionárias, juros elevados, endividamento e desafios fiscais exige acompanhamento contínuo do ambiente econômico e de seus possíveis reflexos sobre os mercados financeiros. Após as manifestações e esclarecimentos de dúvidas, passou-se para o terceiro ponto de pauta, relatório de investimentos referente ao mês de agosto de 2026. Em relação a este tópico, Rodrigo apresentou a evolução patrimonial, a composição da carteira, a liquidez dos ativos, o enquadramento dos investimentos, o desempenho das classes de ativos, os riscos e as movimentações realizadas no período. Ele informou que, em 31 de agosto de 2026, o patrimônio do Fundo Previdenciário BHPrev totalizava R$ 4.979.331.685,19. A carteira permanecia concentrada em renda fixa e, especialmente, em Títulos Públicos Federais, com destaque para NTN-B, no montante de R$ 4.279.193.493,36, LTN, no valor de R$ 117.460.390,89, fundos de vértice, no montante de R$ 37.123.287,83, e renda fixa referenciada ao CDI, no valor de R$ 286.032.291,12. A carteira também contemplava BDRs, no valor de R$ 78.770.450,71, fundos multimercados referenciados ao S&P 500, no montante de R$ 96.408.711,27, e Fundos de Investimento em Participações – FIPs, no valor de R$ 84.343.060,00. Na análise da carteira, destacou-se a manutenção da estratégia de concentração em Títulos Públicos Federais, especialmente em NTN-B de longo prazo, em consonância com o processo de imunização e com as características do passivo atuarial do RPPS-BH. A carteira encontrava-se estruturada em duas estratégias: a carteira estratégica, direcionada a ativos de longo prazo compatíveis com o passivo atuarial, e a carteira tática, destinada à manutenção da liquidez e ao aproveitamento das oportunidades de mercado. Quanto ao desempenho dos investimentos, Rodrigo informou que a rentabilidade consolidada da carteira no mês de agosto foi de 0,34%, superior à meta atuarial de 0,16% estabelecida para o período. Os Títulos Públicos NTN-B apresentaram rentabilidade de 0,18%, enquanto as LTN registraram 1,11%. Os fundos de vértice apresentaram resultado negativo de 2,00%. Os BDRs tiveram desempenho positivo de 5,43%, enquanto os fundos multimercados referenciados ao S&P 500 apresentaram valorização de 3,61%. Os FIPs registraram variação negativa de 1,13%. No que se refere às movimentações realizadas no período, Rodrigo registrou a décima segunda chamada de capital do Pátria Private Equity VII Advisory FIP Multiestratégia, no valor de R$ 305.874,09, realizada em 21 de agosto de 2026. Informou, ainda, que, em 12 de agosto de 2026, foi realizada a aquisição de NTN-B com vencimento em 2055, marcada a vencimento, à taxa de IPCA + 7,5320% ao ano, no valor de R$ 47.401.965,71. Os recursos utilizados na operação foram provenientes das contribuições previdenciárias referentes ao período e de valores remanescentes disponíveis para aplicação. Em relação à custódia dos investimentos, informou que os ativos estavam distribuídos entre oito instituições, envolvendo treze gestores e emissores. Os Títulos Públicos Federais permaneciam sob custódia do BTG, registrados na conta Selic do BHPrev. Quanto à liquidez, destacou-se que a estratégia de investimentos considera o fluxo atuarial do Fundo, cuja necessidade mais expressiva de pagamento de benefícios está projetada para ocorrer somente a partir de 2058, circunstância que permite a manutenção de parcela significativa dos recursos em ativos de longo

prazo. Por fim, apresentou o parecer do Comitê de Investimentos, emitido em reunião realizada em 22 de setembro de 2026. Quanto à estratégia de alocação, registrou-se a disponibilidade de aproximadamente R$ 45,7 milhões para aplicação, oriundos das contribuições previdenciárias de setembro e de recursos remanescentes de aquisições anteriores de títulos públicos. Considerando a Política de Investimentos 2026, as condições de mercado, as taxas reais ofertadas pelo Tesouro Nacional, a previsão de necessidade de liquidez para pagamento de benefícios e a possibilidade de reduzir a exposição da carteira a riscos, o Comitê deliberou pela continuidade da estratégia de imunização, mediante alocação em Títulos Públicos Federais NTN-B com vencimento em 2055, mantendo os recursos em fundo referenciado DI até a liquidação da operação. Após manifestações e esclarecimentos o relatório de investimentos referente ao mês de agosto de 2026 foi aprovado pelos Conselheiros presentes. Ato contínuo, passou-se ao último item da pauta, referente aos informes. Gleison comunicou que a próxima reunião ordinária do Conselho de Administração ocorrerá no dia 29 de outubro de 2026, às 10h. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 11h52min. Eu, _____ (Suely de Campos), lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, deverá ser assinada pelos presentes

Bruno Leonardo Passeli

Guilherme Catunda Daltro

Duander Vinicius Gomes Rezende Franco

Roberta Hygino Roletti Zimmer

Breno Seroa da Motta

Afonso Nunes da Cruz Neto

André de Freitas Martins

Eymard Bento Júnior

Carolina Pasqualini Andrade

Alex Sander Ribas de Souza

Ilda Aparecida de Carvalho Alexandrino